

Termo de Referência 11/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2023	510181-GERÊNCIA REGIONAL EM FLORIANÓPOLIS	JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO	05/09/2023 15:03 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	35014.104247/2023-24	

1. Definição do objeto

1.1 O objeto da presente demanda refere-se a contratação de serviço de concessão de CNH categoria B, CNH categoria B -PCD/Especial (carro adaptado e/ou automático), CNH categoria D, CNH categoria E, bem como taxa Exerce Atividade Remunerada (EAR) e taxa de exame toxicológico, destinadas aos segurados em Programa de RP, no âmbito da Superintendência Regional Sul do Instituto Nacional do Seguro Social. Também estão incluídos neste processo a contratação de cursos de Transporte Coletivo de Passageiros e Transporte Escolar.

1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo.

Item	GEX	APS	localidade de compra	Recurso material	Segurado
1	MARINGÁ	Maringá	Maringá - PR	CNH categoria E + EAR + toxicológico	EDSON XXXXXX
2	MARINGÁ	Maringá	Maringá - PR	CNH categoria B (PCD /Especial - adaptado)	JOSIAS XXXXXX
3	MARINGÁ	Maringá	Mandaguari - PR	CNH categoria B	CLEYTON XXXXXX
4	MARINGÁ	Umuarama	Iporã - PR	CNH categoria B	DIONE XXXXXX
5	MARINGÁ	Umuarama	Umuarama - PR	Transporte Escolar e Transporte Coletivo de Passageiros	REGINALDO XXXXXX
6	LONDRINA	Londrina	Londrina - PR	Transporte Coletivo de Passageiros	LUIZ HENRIQUE XXXXXX
7	FLORIANÓPOLIS	Palhoça	Palhoça - SC	CNH categoria D + EAR + toxicológico	MAILSON XXXXXX
8	CAXIAS DO SUL	Nova Prata	Nova Prata ou Casca - RS	CNH categoria D + EAR + toxicológico	MÁRCIO XXXXXX

1.3 Especificação dos objetos:

Item 1: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

Item 2: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida. Ressalta-se que a contratação deverá ser realizada com CFC que disponha de carro adaptado considerando se tratar de CNH PCD/Especial.

Item 3: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; práticas, taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida.

Item 4: Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 45 (quarenta) horas de aulas teóricas; 01 (um) exame teórico; práticas, taxa licença aprendizagem; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida.

Item 5: Transporte Coletivo de Passageiros - Curso teórico presencial de 50 horas e Transporte Escolar - Curso teórico presencial de 50 horas.

Item 6. Transporte Coletivo de Passageiros - Curso teórico presencial de 50 horas.

Item 7. Taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

Item 8. taxa licença aprendizagem; 01 (uma) avaliação psicológica; 01 (um) exame de aptidão física e mental; 20 (vinte) horas de aulas práticas; 01 (um) exame prático de direção veicular na categoria pretendida; 01 (um) Exame toxicológico a ser repassado para clínica especializada e taxa Exerce Atividade Remunerada - EAR.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada no tópico 2 e o quantitativo especificado nos tópicos 7 e 8 dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **3. Descrição da solução**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se detalhada no tópico 6 dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **4. Requisitos da contratação**

4.1 Requisitos da Contratação expostos no tópico 4 dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 Justifica-se que o objeto da presente contratação, não possui riscos quanto à sustentabilidade, tópico 14 dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme tópico 9 dos Estudos Técnicos Preliminares, ao que se refere ao parcelamento ou não da solução.

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que a Administração arcará com os custos dos serviços efetivamente prestados. Caso não haja prestação comprovada dos serviços, a Administração fica isenta do pagamento, o que dispensa a necessidade da garantia da execução.

4.5 Considerando que o local de prestação dos serviços será em unidade da própria Contratada, não há necessidade de vistoria prévia em instalações da Contratante.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1 O prazo de execução dos serviços será de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 Os serviços serão prestados em Centro de Formação de Condutores e/ou instituição credenciadas pelos DETRANs estaduais.

5.3 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

### 5.3.1 Das responsabilidades da Contratada:

5.3.1.1 Divulgar com antecedência o calendário e a programação dos cursos;

5.3.1.2 Efetuar inscrição dos reabilitandos elencados neste processo;

5.3.1.3 Encaminhar ao serviço de Reabilitação Profissional, quando da inscrição, a nota fiscal dos serviços com a descrição do curso e do reabilitando correspondente aos valores cobrados;

5.3.1.4 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.3.1.5 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.3.1.6 Disponibilizar as instalações físicas e ambientais adequadas e necessárias à perfeita execução das atividades inerentes ao curso;

5.3.1.7 Disponibilizar os recursos materiais para o desenvolvimento da formação ou do treinamento profissional, compreendendo material didático, uniforme, instrumentos e equipamentos técnicos, inclusive os de proteção individual (EPI), se necessários;

5.3.1.8 Acompanhar, supervisionar e avaliar os reabilitandos e o desenvolvimento das atividades programadas, através dos seus padrões didáticos-pedagógicos, a fim de identificar se os segurados apresentam as condições necessárias para o bom aproveitamento do curso;

5.3.1.9 Comunicar ao INSS/Profissional de Referência responsável pela Reabilitação Profissional do segurado qualquer intercorrência, como evasão, reprovação e faltas justificadas/injustificadas consecutivas dentro do prazo de 07 (sete dias) úteis;

5.3.1.10 Fornecer à Contratante toda e qualquer informação solicitada no decorrer da prestação dos serviços;

5.3.1.11 Fornecer o certificado, o mais breve possível, quando da conclusão de curso nos casos de Transporte Coletivo de Passageiros e Transporte Escolar;

5.3.1.12 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.3.1.13 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.3.1.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

5.3.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.3.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.3.2 Das responsabilidades da Contratante:

5.3.2.1 Encaminhar o segurado à instituição, com a emissão dos documentos “Ofício de Encaminhamento para Curso (ANEXO XX do Guia e Diretrizes do Serviço de Reabilitação Profissional - INSS)”;

5.3.2.2 Orientar o segurado sobre suas obrigações, mediante ciência pela Declaração de Compromisso do Segurado com o Curso (ANEXO XXI do Guia e Diretrizes do Serviço de Reabilitação Profissional - INSS);

5.3.2.3 Realizar o acompanhamento do segurado, através de atendimento individual;

5.3.2.5 Proceder com o ateste das notas fiscais e efetuar o pagamento à Contratada.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1 Não obstante as empresas/instituições serem responsáveis pela execução dos serviços, o INSS reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer controle e acompanhamento sobre os serviços, diretamente ou por prepostos.

6.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será revisto e prorrogado conforme necessidade, devidamente justificada.

6.4 Da atuação do fiscal do contrato.

6.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.4.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7.1 Critérios de medição

7.1.1 Em razão da natureza do objeto, a avaliação pelo fiscal técnico de cada contrato estará condicionada a execução do objeto.

7.1.2 Quanto à qualidade da prestação dos serviços, serão avaliados os seguintes parâmetros: CURSO (cumprimento do conteúdo e carga horária); EQUIPE ADMINISTRATIVA (presteza e eficiência na realização das matrículas dos segurados encaminhados para curso, na prestação de informações solicitadas pela equipe RP, na comunicação de intercorrências, no envio dos documentos previstos no contrato); CORPO DOCENTE/EQUIPE PEDAGÓGICA (relacionamento com os alunos, capacidade de comunicação, conhecimento, orientação e assistência, preenchimento dos documentos previstos no contrato); RECURSOS DIDÁTICOS, EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS (qualidade e disponibilidade para atendimento da demanda prevista no contrato); e INFRAESTRUTURA DA CONTRATADA (limpeza e organização das dependências).

7.1.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.3.1. Não produziu os resultados acordados;

7.1.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.1.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 7.2 Pagamento

7.2.1 O pagamento deverá ser realizado previamente a entrega do serviço, haja vista que a contratada necessitar arcar com o pagamento das taxas do DETRAN, a fim de agendar os exames necessários ao processo de capacitação.

7.2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.2.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista na lei 14.133/2021.

7.2.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.2.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.2.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.2.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.2.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.2.15 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.2.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.2.17 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.2.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.2.19 O pagamento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.3.1. SICAF;

8.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

8.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13.1 Habilitação técnica:

8.13.1.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de complexidade científica, tecnológica e operacional compatível ao objeto desta contratação, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

8.13.1.1.1 Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação;

8.13.1.1.2 Ato de Autorização/Credenciamento junto ao órgão competente, DETRAN, para o exercício da atividade objeto da presente contratação.

8.13.2 Habilitação Jurídica, a depender da natureza do prestador de serviço:

8.13.2.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.13.2.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.13.2.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.13.2.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.2.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.2.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.13.2.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.13.2.8 **Entidades do "Sistema S"** deverão comprovar documentalmente a natureza de entidade civil, paraestatal, com personalidade jurídica de direito privado, através de atos, registros e normas constitutivas.

8.13.2.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



## 8.13.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.3.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13.3.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.3.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.13.3.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13.3.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.3.8 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.3.9 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 17.995,94

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.995,94 (dezessete mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos, conforme custos apostos no quadro abaixo.

ITEM	LOCALIDADE	SEGURADO	RECURSO	MÉDIA R\$	EX. TOX. R\$	EX. MÉDICO ESP. R\$	emissão CNH R\$	EAR R\$	TOTAL R\$
1	Sarandi - PR	EDSON XXXXXX	Categoria E	2133,00	161,34	NA	NA	300,00	2594,34
2	Maringá - PR	JOSIAS XXXXXX	CNH categoria B (PCD/especial)	2825,00	NA	117,31	NA	NA	2942,31
3	Mandaguari - PR	CLEYTON XXXXXX	CNH categoria B	2750,00	NA	NA	NA	NA	2750,00
4	Iporã - PR	DIONE XXXXXX	CNH categoria B	2850,00	NA	NA	NA	NA	2850,00
5	Umuarama - PR	REGINALDO XXXXXX	Transp. Escolar	325,00	NA	NA	NA	NA	325,00
			Transp. Coletivo de Passageiros	325,00	NA	NA	NA	NA	325,00

6	Londrina - PR	LUIZ HENRIQUE XXXXXX	Transp. Coletivo de Passageiros	360,00	NA	NA	NA	NA	360,00
7	Palhoça - SC	MAILSON XXXXXX	CATEGORIA D	2016,00	165,34	NA	NA	300,00	2481,34
8	Nova Prata - RS	MÁRCIO XXXXXX	CNH categoria D	2905,61	162,34	NA	NA	300,00	3367,95
	Casca - RS								
TOTAL									17.995,94

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [...];

Fonte de Recursos: [...];

Programa de Trabalho: [...];

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...].

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIANA MELO DE MEDEIROS SANTOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:26:38.

**JACQUELINE SANDRINO RIBEIRO**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:26:19.

**LETICIA LOPES SOARES**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:28:48.*